

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº , de 2006.

(Do Sr. Gervásio Silva)

Propõe a constituição de Comissão Externa para fiscalizar as investigações que apuram responsabilidades quanto à invasão das instalações da empresa Aracruz Celulose, ocorrida no dia 08 de março do corrente ano, no município de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul, por militantes e ativistas do MST e Via Campesina, sem ônus para esta Casa.

Senhor Presidente:

Com base no art. 38 do Regimento Interno, proponho a Vossa Excelência, a constituição de Comissão Externa para fiscalizar as investigações que apuram responsabilidades quanto à invasão das instalações da empresa Aracruz Celulose, ocorrida no dia 08 de março do corrente ano, no município de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul, por militantes e ativistas do MST e Via Campesina, sem ônus para esta Casa.

JUSTIFICAÇÃO

O Estado de Direito encontra-se visivelmente ameaçado em nosso país, diante de ações contra a propriedade privada, promovidas por organizações que estimulam invasões e destruição dos patrimônios físico, genético e intelectual de empresas brasileiras.

Preocupa-nos quais são os efetivos interesses dessas organizações, ao tempo em que promovem ações, cujos financiamentos não são plenamente conhecidos, mas onde visivelmente existe aporte de recursos oriundos do exterior, haja visto a participação de organizações internacionais e de estrangeiros em tais invasões.

No caso específico da invasão à Aracruz Celulose, mais de 20 anos de pesquisas científicas, realizadas por cientistas brasileiros foram destruídas.

Pesquisas que contribuiriam para o aumento da capacidade produtiva de nosso país e para a melhoria de nossa competitividade no mercado internacional de papel e celulose, foram destruídas.

Cabe portanto, fiscalizarmos as investigações em curso, visando identificar as reais responsabilidades pelos atos praticados, bem como, mandantes e idealizadores.

A impunidade não pode mais ser sinônimo de normalidade em nossa democracia e os responsáveis por atos de barbárie e transgressões a dispositivos constitucionais, causando prejuízos de elevada monta e riscos a integridade física dos funcionários da Aracruz Celulose, não podem ser admitidos como simples manifestações de protesto.

Sala das Sessões, em de de 2006.

Deputado GERVÁSIO SILVA - PFL/SC